

# Economia Solidária e Educação Popular: possíveis parceiros para a Psicologia Social na Assistência Social

Fernanda Teles Antunes dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por finalidade trazer à discussão as possibilidades de atuação para o profissional de Psicologia inserido nas políticas públicas de Assistência Social. Pretende-se, no entanto, através deste trabalho, discorrer sobre como se daria essa atuação e quais seriam os possíveis parceiros para a Psicologia Social comprometida com a população, frente a situações de vulnerabilidade e exclusão social geradas pela falta de renda, sendo esta uma das realidades enfrentada pelos usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Neste âmbito, este trabalho propõe ser uma via de reflexão na qual a Psicologia Social busca dialogar com a proposta da Economia Solidária e da Educação Popular sobre formas de contribuir para a emancipação e promoção de cidadania dos usuários da Assistência Social.

**Palavras-Chave:** Assistência Social, Psicologia Social, Economia Solidária, Educação Popular.

## Solidary Economy and Popular Education: possible partners for Social Psychology in Social Assistance

**ABSTRACT:** This task pretends discuss about the possibility of psychologist actuation in Public Politics for Social Assistance. It pretends too talk about how would be this actuation and if would be possible make associations with partners for Social Psychology, committed with population, considering vulnerable situations and social exclusions created by low salaries. This is a situation lived by users of Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). This way, this task proposes a association between Social Psychology, Solidary Economy and Popular Education, like a contribution for emancipation and citizenship users of Social Assistance.

**Keywords:** Social Assistance, Social Psychology, Solidary Economy, Popular Education.

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Psicologia do INESP/FUNEDI/UEMG. Orientada pelo professor André Amorim Martins  
Contato: nandatelespsico@hotmail.com

## Introdução

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. (Fernando Pessoa)

O presente artigo é resultado de reflexões que tiveram início através de um trabalho apresentado no 7º período de Psicologia, na disciplina Dimensões Institucionais em Saúde Coletiva, onde foram levantadas discussões sobre a possibilidade de atuação da Psicologia juntamente com a Economia Solidária, a partir de uma pesquisa realizada dentro de uma associação de catadores de materiais recicláveis.

Aliada a estas reflexões surgiram, em outro momento, questões relacionadas aos estágios curriculares do 9º e 10º período, realizados no Centro de Referência de Assistência Social da região Sudoeste de Divinópolis (CRAS/SO), e ao estágio extracurricular no CRAS da cidade de Itaúna, que durou um período de dois anos. Esta escolha foi feita levando em conta o CRAS como *locus* para atuação do psicólogo dentro das políticas públicas<sup>2</sup> de Assistência Social. Aqui, diante de alguns questionamentos elencados durante os estágios e a pesquisa sobre Economia Solidária, propõe-se pensar em como a Psicologia poderia contribuir frente à realidade vivenciada por boa parte dos usuários da Assistência Social, que perpassam pela situação de vulnerabilidade social, principalmente provocada pelo desemprego.

Desta forma, o objeto da discussão refere-se a como seria possível incluir socialmente estes usuários dentro da política pública, de forma que sejam emancipados em seu papel social como sujeitos de direitos, propondo acesso à geração de renda através da Economia Solidária, em parceria com a Educação Popular, que surge como interlocutora.

Assim, para que fosse possível pensar o sujeito no aspecto de sua história e cultura, buscaram-se contribuições da psicologia sócio-histórica e sua metodologia do materialismo

---

<sup>2</sup> “As políticas públicas são um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteando-se pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o sujeito cidadão.” (CREPOP, 2007, p.22).

dialético-histórico, tendo o intento de produzir uma leitura mais ampla, concernente às relações sociais.

Desta forma, mais que aventar possibilidades de intervenção, tencionou-se propor discussões acerca das formas de atuação do psicólogo, com o compromisso de promover o empoderamento de sujeitos de direitos na conquista de suas cidadanias.

### **Assistência Social como política pública**

Para introduzir este assunto faz-se necessário contextualizar a história da assistência social e os caminhos percorridos até sua consolidação como política pública nacional.

A partir dos anos 1930, o Estado passa a exercer participação nas relações entre o capital e o trabalho. Neste momento as práticas assistenciais começam a ser administradas principalmente pela Igreja Católica, através da filantropia, depois, sendo conduzidas pelo Estado, o que deixou marcas que até hoje podem ser percebidas. De acordo com Cruz e Guareschi (2009), “a ação visava amparar a população socialmente desfavorecida ou que estivesse fora do mercado de trabalho, incluindo deficientes, idosos e crianças.” (CRUZ & GUARESCHI, 2009, p.17). Nota-se que desde o início o Estado fez parcerias com a sociedade civil, nas quais a Igreja Católica sempre teve presença significativa.

Ainda neste período, após a ameaça de anarquia generalizada consequente ao grande descontentamento popular, já no governo de Getúlio Vargas, são introduzidos os direitos trabalhistas, com o intuito de regular as relações entre capital e trabalho, como medidas protetivas ao trabalhador, que mais tarde tornaram-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Em 1938 ocorre a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, a primeira regulamentação da Assistência Social no Brasil, cujo objetivo era ter o controle de ações da

assistência social, unindo o público e o privado, rompendo com a assistência caritativa e organizando um saber no processo de ajuda. (CRUZ e GUARESCHI, 2009)

Outros direitos sociais foram introduzidos através de Constituições Federais, como o direito do trabalhador à previdência, direito da gestante ao descanso antes e depois do parto, igualdade do valor do salário para ambos os sexos no caso do mesmo trabalho, estado civil e nacionalidade. Através da Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada pelo congresso no governo de Juscelino Kubitschek, a Previdência foi aprovada em termos de benefício, com acesso universal a todos os trabalhadores urbanos do mercado formal.

Em meados das décadas de 1970 e 1980, começaram várias reivindicações, em que movimentos nacionais entraram em cena pela redemocratização do país, o advento do pluripartidarismo, movimento estudantil e docente, lutas pela anistia e reivindicações de profissionais do setor público e da saúde.

Em meio à crise do momento, rumo a uma nova constituição, houve a mobilização de diferentes setores da sociedade como: populares, elite hegemônica, instituições religiosas, ordens educacionais, “aumentando a importância do papel do Estado e das instituições sociais, visando o fortalecimento da democracia.” (CRUZ e GUARESCHI, 2009, p.25).

Com a Constituição Federal de 1988 novas mudanças se iniciaram no cenário público, como a Assistência Social sendo inserida na Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Após este marco na história da sociedade brasileira, em que a Assistência Social começa a ter caráter de política pública voltada a garantir direitos e condições de vida digna, surgem denúncias de corrupção e desvio de verbas, causando cortes em vários setores públicos referentes à área da saúde, educação, previdência, habitação e também assistência social.

Neste momento de crise, após anos de lutas, em 1993 é aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que tem como objetivo a garantia de direitos e promoção de cidadania, contra as formas de exclusão social, decorrentes de privações, doenças, velhice e demais desigualdades sociais.

Em 2004, corolário à Conferência Nacional da Assistência Social de 2003, é promulgada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que possui como eixos estruturantes para sua operacionalização: concepção, territorialidade, financiamento, controle social<sup>3</sup>, monitoramento e avaliação, e recursos humanos.

Em 2005, é aprovada a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que sobre a égide da proteção social se estabelece na qualidade de uma rede socioassistencial, que abarca a demanda de vulnerabilidade<sup>4</sup> social, elegendo como alvos das ações a família, e atendendo a quem dela necessitar.

O SUAS apresenta-se como instrumento para consolidação das ações da Assistência Social, materializando as diretrizes da (LOAS) e provocando a ruptura da concepção da assistência relacionada à benesse aos destituídos de cidadania. O trabalho do SUAS se dá na perspectiva de impedir que os vínculos familiares se rompam e, caso o rompimento seja consumado, tenta buscar sua reconstituição ou fazer com que o sujeito teça outros laços. Em conformidade com a situação, as demandas são acolhidas em duas categorias, distintas e complementares. Situação de iminência de efetivação da ruptura dos laços familiares, ou, violação de direitos, que diz respeito à proteção social especializada, podendo ser de média e alta complexidade.

Havendo um rompimento parcial das relações, compete à proteção social básica intervir, sendo esta atinente ao CRAS. Segundo a PNAS (2004) o CRAS

É uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social. (...) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio

---

<sup>3</sup> “Efeito da ação dos indivíduos e das comunidades sobre a gestão das instituições públicas ou privadas das quais são usuários. Conforme a NOB-SUAS/2005, tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1998, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político- administrativa- financeira e técnico-operativa.” (BELO HORIZONTE. Manual, 2007, p.27)

<sup>4</sup> “Apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade. Refere-se a uma diversidade de “situações de risco” determinados por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal etc., que favorecem a exclusão e/ ou que inabilita e invalida, de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados (indivíduos, famílias), na satisfação de seu bem-estar – tanto de subsistência quanto de qualidade de vida. A pobreza, por exemplo, é uma vulnerabilidade efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza.” (BELO HORIZONTE. Manual, 2007, p.109)

familiar e comunitário (...). O trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o estado. (Brasil, 2004, p.29)

Nesse sentido, o princípio fundamental da assistência social é o controle social, objetivando que os usuários se tornem agentes, participando da construção de uma realidade mais equitativa. Em última instância, busca-se trabalhar o resgate da cidadania e o empoderamento do sujeito. Afonso (2008) assevera que se trabalha “em duas dimensões articuladas: sócio-assistencial e sócio-educativa. A primeira abrange o apoio efetivo ao usuário, potencialização da rede de serviços e acesso a direitos. A segunda aborda o usuário como sujeito sócio-cultural, visando inclusão, reflexão, integração, e participação.” (AFONSO, 2008)

Segundo a PNAS (2004), a Proteção Social Básica é a porta de entrada para os serviços socioassistenciais e é considerada a “Casa das Famílias”, tendo como objetivo:

(...) prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiência, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. (PNAS, 2004, p.27).

O CRAS possui como foco de atuação a prevenção e promoção da vida, buscando potencializar o território de forma geral sendo um serviço público disponível a quem dele precisar.

Pensando o usuário que acessa a rede socioassistencial através do CRAS, de acordo com o objetivo do programa de proteção social básica supracitado, o CRAS precisa ter ainda “o conhecimento das vulnerabilidades sociais, das situações de desigualdade a partir dos territórios, tem por princípio a dimensão ética de incluir ‘os invisíveis’”. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009, p.30).

Portanto, pensando na política de assistência social que trabalha no sentido da inclusão, entendendo que só há inclusão quando existe a ‘exclusão’, torna-se pertinente pensar quem são estes excluídos e de onde eles vieram.

De acordo com Guareschi (1992), o ‘excluído’ não existe por si mesmo, sendo resultado de uma realidade ligada à outra. Ele ainda nos diz que existem diversos tipos de exclusão, mas a que será considerada nesta discussão é a categoria do ‘excluído’ econômico, sendo esta condição necessária da existência do ‘incluído’. O autor nos fala ainda que:

(...) a exclusão econômica é na maioria das vezes, senão a causa, ao menos a condição para a exclusão política, religiosa, cultural e social. Sem defendermos um determinismo econômico, percebemos, contudo, que à medida em que as pessoas são privadas das necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde, moradia, etc, nessa medida são também marginalizados dos outros benefícios sociais. (GUARESCHI, 1992, p. 8)

Para tanto, torna-se pertinente, ao falar do usuário do CRAS na situação de excluído econômico devido à questão do desemprego<sup>5</sup> ou mesmo estando no trabalho informal, considerar a realidade produtora de condições de vulnerabilidade social, dada a exclusão social e ainda atinente ao fato da “despotencialização subjetiva com a conseqüente criação de sujeitos culpabilizados pela sua própria sorte.” (TOROSSIAN e RIVERO, 2009, p.56).

É preciso ter um olhar atento às condições que perpassam a vida do sujeito em vulnerabilidade social, que não se restringem à pobreza e miserabilidade, mas também produzem sua exclusão em relação a políticas e serviços públicos, afetando a garantia de direitos e cidadania.

Conforme aponta Adorno, citado por Torossian e Rivero (2009), ao relacionar a vulnerabilidade com a exclusão econômica e social, um indivíduo ou grupo torna-se vulnerável quando rompe vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações.

Neste sentido, faz-se importante focar os “direitos” do usuário em detrimento das “carências” existentes no intuito de possibilitar a análise de suas potencialidades em lidar com

---

<sup>5</sup> Situação vivida pela População Economicamente Ativa (PEA), onde há um afastamento involuntário, em caráter temporário, do mercado de trabalho. Esta situação dificulta a reinserção social do trabalhador, podendo provocar marginalização, insegurança, indignidade e a sensação de inutilidade para o mundo social. (BELO HORIZONTE. Manual, 2007, p.32)

recursos existentes, e não apenas focando a vulnerabilidade como escassez de recursos. É preciso desconstruir conceitos cristalizados de que as condições de carência são também impossibilidade de vida.

Aproximando o conceito de vulnerabilidade à realidade do trabalho, ou do não trabalho, é relevante destacar o desenvolvimento do projeto econômico do capitalismo, dando sentido à produção de um lugar e significado ao emprego formal, que adquire caráter de trabalho socialmente aceito e relevante.

Vemos, portanto, que na realidade do sistema capitalista muitas vezes a ausência de emprego faz com que o sujeito não se veja capaz de realizar nenhuma outra atividade, tendo dificuldade de se inserir novamente no mercado formal, como se essa fosse a única forma de lidar com o desemprego, sendo associado a um “não lugar social”, onde aparece sob a forma de invisibilidade e vergonha.

### **Que Psicologia? Em qual contexto?**

Mediante a realidade existente é preciso pensar em formas de atuação frente à problemática vivenciada pelo usuário do CRAS, que apresenta para a Psicologia a possibilidade de “... recuperar o indivíduo na interseção de sua história com a história de sua sociedade, pois é somente este conhecimento que permite compreender o homem como produtor de sua história.” (CREPOP, 2007, p.19).

Neste sentido, dentro das políticas públicas, a Psicologia tem o compromisso de fomentar um novo espaço para que possam emergir no usuário do serviço suas potencialidades e autonomia como sujeitos de direitos. Todavia, necessário é que se faça saber de qual Psicologia se cumpre falar neste trabalho.

Contextualizando a história da Psicologia, esta se funda como ciência no século XIX, enquanto a burguesia moderna eleva-se como classe social. As transformações decorrentes deste período confluem como condições históricas para o surgimento da ciência moderna e posteriormente da Psicologia. A ciência moderna se apresenta como possibilidade ao homem de observar o real formulando um conhecimento racional, sem que houvesse interferência em suas crenças e valores. A Psicologia ganha *status* enquanto ciência em 1875, com o intuito de poder dar conta de compreender o homem e sua relação com o mundo. (BOCK, 2001).

Conforme aponta Lane (2001), na década de 1950 acontecem estudos em termos de uma Psicologia Social que fora dividida em duas perspectivas: uma compromissada em minimizar conflitos gerados pela II Guerra Mundial e outra que procura conhecimentos para evitar novos desarranjos mundiais. No entanto, essa Psicologia começa a ser questionada, devido ao fato de não conseguir intervir e explicar, nem ao menos prever, comportamentos sociais. Como forma de superar esse momento crítico foi preciso comprovar o início da Psicologia dentro da biologia, em que o indivíduo era visto apenas como organismo que reage aos estímulos externos a ele, desconsiderando o ser humano como produto histórico-social, que ao transformar a natureza, transforma-se ao longo da história.

A Psicologia tem sua história fundamentada junto aos interesses de grupos dominantes ao produzir conhecimentos, introduzindo-os em

uma Psicologia aplicada, de forma a permitir o aumento do controle sobre os grupos sociais, a ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, a distribuição de crianças de forma homogênea ou heterogênea nas classes, para garantir aprendizado e disciplina, a seleção do homem certo para o lugar certo, a higienização moral da sociedade, o controle do comportamento, a classificação e a diferenciação. (BOCK, 2001, p.26)

Neste sentido, vê-se uma Psicologia comprometida com interesses específicos, lançando mão de seus instrumentos e saberes, apoiando-se numa prática categorizante e diferenciadora, sendo institucionalizada e reconhecida como profissão no Brasil em 1962, mantendo uma posição conservadora cujo trabalho impede o surgimento do novo.

Contudo não é essa Psicologia ainda atuante nos dias de hoje que aqui é convocada para pensar a questão do social, tão emergente nas políticas públicas de Assistência Social. Porém, é preciso uma Psicologia Social que se interesse em “apreender o indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social”. (LANE, 2001, p.15). Sendo assim, cabe salientar a necessidade de um conhecimento pertinente à realidade social vivenciada por cada indivíduo, que propicie uma intervenção eficaz na rede de relações sociais que o definem.

É preciso, portanto, olhar o sujeito no contexto social e político no qual está inserido e humanizar as políticas públicas. Os cidadãos devem ser pensados como sujeitos que têm sentimentos, ideologias, valores e modos próprios de interagir com o mundo, constituindo uma subjetividade que se constrói na interação contínua dos indivíduos com os aspectos histórico-culturais e afetivo-relacionais que os cercam. (CREPOP, 2007, p.23).

Conquanto, trabalhar com uma Psicologia Social que seja crítica torna-se importante pelo fato de perceber o homem como ser indissociável de sua realidade social, econômica e cultural. Deste modo, a Psicologia Sócio-histórica que possui esta possibilidade de crítica, por ter um posicionamento ético e político sobre o mundo social e psicológico, permite romper com a tradição classificatória e estigmatizante da ciência e de seu aspecto psicológico como um ganho para o ser humano, superando a postura positivista e idealista na qual se caracterizou a Psicologia como ciência. Portanto, essa Psicologia torna-se eminente a essa discussão e por sua vez

Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico. A sociedade, como produção histórica dos homens que através do trabalho, produzem sua vida material. As ideias, como representações da realidade material. A realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias. E a história, como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia. (BOCK, 2001, p.17-8)

Assim, ao longo do texto, de acordo com o método proposto através da Psicologia Sócio-histórica, importa para essa discussão mapear como a Psicologia, assumindo um referencial emancipatório e analítico do contexto histórico-social do indivíduo, pode atuar de modo a romper com os processos de exclusão, colaborando para que o sujeito se veja num lugar de poder, na construção de seu próprio direito e satisfazendo suas necessidades.

## **Economia Solidária: uma perspectiva de atuação para a Psicologia Social**

No aspecto atinente à inclusão social e geração de renda, conclamando a participação da Psicologia inserida na política de Assistência Social, segundo Veronese (2008) “é justamente nas razões da emergência de um campo como a Economia Solidária que a Psicologia vai buscar elementos para analisar, criticamente, a relação que os sujeitos ali estabelecem com seu trabalho”. (VERONESE, 2008, p. 44-5). Entretanto, dada a relevância do assunto, fazer um breve retorno à história da Economia Solidária contribuirá para se pensar em uma eficiente forma de atuação para a Psicologia, juntamente com o usuário do CRAS, já que esta é uma prerrogativa da política de Assistência Social.

A Economia Solidária surge na Europa pouco depois do capitalismo industrial como um movimento do proletariado em reação à classe burguesa. O desenvolvimento das máquinas e do modo de organização fabril provoca o terrível empobrecimento entre os artesãos. Estes, por sua vez, passam a vender sua força de trabalho para os grandes industriais, pois as produções das máquinas industriais superavam as produções artesanais destes trabalhadores. Acuados pela necessidade de sobrevivência, os operários começam a aceitar a exploração do trabalho nas fábricas, ocasionando-lhes debilidades e mortalidades, impedindo o aumento da produtividade, como esperavam os industriais.

Contudo, alguns industriais mais instruídos encetam leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles Robert Owen, proprietário britânico de um grande complexo têxtil, propõe novas formas de tratamento aos assalariados, limitando a jornada de trabalho, impedindo o trabalho das crianças e fundando escolas para elas. Suas ações oportunizaram o aumento da produtividade do trabalho, de modo que sua empresa se tornou lucrativa, virando objeto de admiração e respeito de pessoas de vários países, ávidas por saberem o motivo de seu êxito, que, ao lidar com o bem-estar de seus trabalhadores, retomava seu investimento em forma de lucro.

Impactada pelo término das guerras da Revolução Francesa, a economia britânica sofre profundo declínio pela ausência de demanda por produtos bélicos. Owen apresentou uma proposta ao governo britânico na tentativa de restabelecer o crescimento econômico. Utilizar os fundos de sustento aos pobres - que se multiplicavam consideravelmente pela perda de trabalho e renda - na compra de terras para construções de “... Aldeias Cooperativas, em que cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias”. (SINGER, 2002, p.25). Owen esforçava-se por mostrar que haveria economia de recursos ao reinserir os trabalhadores na produção e que em pouco tempo deixariam de ser subsidiados, havendo a devolução dos fundos desembolsados aos cofres públicos. Embora promissor, o plano de Owen fora negado, pois o governo percebeu que não se tratava apenas de economizar o subsídio aos trabalhadores, mas uma mudança no sistema social e extinção da lucrativa empresa capitalista.

Não obstante, as ideias de Owen foram levadas a cabo por seus discípulos, que criaram sociedades cooperativas ligadas aos movimentos sindicais. A primeira cooperativa<sup>6</sup> foi criada por Mundie, reunindo um grupo de jornalistas com a proposta de criarem uma comunidade e viverem juntos dos resultados de suas atividades profissionais.

Singer (2002) aponta para outro importante personagem na institucionalização da economia solidária, William King, médico conhecido entre os pobres, organizador da Associação Cooperativa de Troca de Brighton, que funcionava como um armazém cooperativo formando um fundo de capital aos sócios que, em sua maioria, eram operários. Posteriormente, King publica os princípios do cooperativismo. Segundo suas últimas publicações, King registra a fundação de mais de 300 cooperativas de consumo por volta do ano de 1830.

O cooperativismo idealizado por Owen foi assumido pelo “movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Um dos grandes líderes, John Doherty conseguiu, em 1829,

---

<sup>6</sup> De acordo com Rios (1987), pode se definir cooperativa como sendo “(...) associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade. A mesma é regulamenta à base de “um homem”, e cada membro contribui para a constituição do capital subscrito, mas na proporção do volume de negócios realizado por cada associado com a cooperativa”. (RIOS, 1987, p.16)

organizar os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional.” (SINGER, 2002, p.28). A organização sindical resultou em lutas de classe. Os trabalhadores não mais reivindicavam a melhoria salarial e de condições de trabalho, mas buscavam eliminar o trabalho assalariado, substituindo os próprios patrões através da autogestão. Cole, citado por Singer (2002), diz que

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX) eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria. (COLE *apud* SINGER, 2002, p.29).

Em acordo com cooperativas iniciadas pelos operários foram criadas as “Cooperativas Integrais”, que mediavam a produção e consumo, originando mais tarde os armazéns cooperativos, com a finalidade de empregar os cooperados, que consumiriam seus próprios produtos, ou trocá-los sem mediação de moeda. Esta forma de comércio rejeitava o lucro explorado à custa de pequenos comerciantes. Este movimento culminou na formação da Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo, em que seus cooperados poderiam trocar seus produtos baseados nas horas de trabalho, sendo esta a moeda própria de intermediação, em que os bens colocados a venda eram avaliados pelo tempo de trabalho que o operário levaria para produzi-los.

Estes empreendimentos tiveram sucesso por algum tempo, vindo a encerrar-se em 1834, devido à hostilidade declarada pelos empregadores e o governo, fazendo com que os sindicalistas perdessem o ânimo. No decorrer do século XIX e XX alguns empreendimentos continuaram espalhados por vários países, como o cooperativismo de consumo na Inglaterra, o cooperativismo de crédito que se difundiu pelos países da Europa e da América do Norte, as cooperativas de compras e vendas, as cooperativas de produção, produzindo bens ou serviços a serem vendidos em mercados, a cooperativa de Mondragón na Espanha e os clubes de troca, iniciados na Argentina e Canadá.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Conferir o desenvolvimento destes empreendimentos em Singer (2002), no capítulo Panorama Histórico

No fim do século XX, principalmente após a II Guerra, a Economia Solidária perde suas forças mediante o enfraquecimento dos movimentos sindicais, pois na medida em que os operários, ao reivindicar por direitos como melhora de salário, menor carga horária e carteira assinada foram se satisfazendo, perderam o interesse pela luta de uma economia mais justa e alternativa ao capitalismo. Neste instante, o sutil poder dos empregadores sobre a classe assalariada aumenta e a exploração ganha formas de falsa igualdade entre as categorias

Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social” que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. (SINGER, 2002, p.109-10).

Entretanto, nos anos 1970, novas mudanças acontecem no movimento mundial da Economia Solidária, em que ocorre o retorno do desemprego e as condições de emprego e carteira assinada tornaram-se privilégios de poucos trabalhadores. Assim, muitos se viram obrigados a aceitar a redução de salário e alterações nos seus direitos, aumentando a instabilidade no trabalho e a competição entre os assalariados.

Nesse momento a Economia Solidária retorna com força maior em grande parte dos países. Singer (2002) fala que ela foi reinventada, posto que “o que distingue este novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.” (SINGER, 2002, p.111) Tais transformações subverteram a concepção de que emancipação limita-se ao poder do Estado, concentrando-se os movimentos emancipatórios cada vez mais na sociedade civil.

Para Singer (2002) a Economia Solidária deve ser mais que uma melhor alternativa para a incapacidade do capitalismo de satisfazer as necessidades de trabalho. Pode ser uma alternativa superior ao capitalismo e não apenas um substituto. Superior por

(...) proporcionar as pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (...) no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na

atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.(SINGER, 2002, p.115).

A Economia Solidária, na maioria das vezes, acontece devido a crises nas empresas, desemprego e exclusão social. Entretanto não se baseia em garantir espaço apenas quando o modo dominante de produção lhe abre caminho. Sabe-se, porém, que em muitos lugares a Economia Solidária tem alcançado a dominação da vida econômica, quando oferece uma alternativa superior ao capitalismo, criando oportunidades concretas de auto-sustento e bem estar aos seus empreendedores.

No Brasil os ideais do cooperativismo chegaram com os imigrantes no início do século XX, corporificando-se nas cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas de produção, ou cooperativas agrícolas no campo. Com o passar do tempo as cooperativas de consumo não resistiram à concorrência com as grandes redes de hipermercados, enquanto que as cooperativas agrícolas transformaram-se em grandes empreendimentos agroindustriais, ainda atuantes na agricultura brasileira. No entanto, nenhuma dessas cooperativas preconizava a autogestão, sendo dirigidas por pessoas assalariadas. Portanto, o movimento do cooperativismo foi introduzido no Brasil desvinculado da perspectiva da Economia Solidária.

Apenas com a crise social da década de 1980 e 1990, em que milhares de postos de trabalho foram perdidos devido ao processo de desindustrialização é que a Economia Solidária foi retomada, assumindo a forma de cooperativas ou de associações produtivas, privilegiando a autogestão.

No Brasil a Economia Solidária está estreitamente ligada à Igreja Católica, aos sindicatos e às universidades, que apóiam e “difundem entre os trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento necessário à criação de empreendimentos solidários”. (SINGER, 2002, p.113).

Nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a financiar os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), destinados à geração de trabalho e renda para trabalhadores associados das áreas rurais e das periferias das grandes cidades.

Muitos desses projetos se transformaram em empreendimentos solidários. Alguns dependentes das ações caritativas, enquanto outros se tornando autônomos a partir de suas produções.

Outra forma encontrada pelos trabalhadores foi de assumir empresas em via de falir ou efetivamente falidas, reerguendo-as como cooperativas de autogestão, sendo a forma por eles encontrada para preservar seus postos de trabalho, transformando-se em seus próprios patrões.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também impulsionou a Economia Solidária, ao assentar milhares de famílias em terras desapropriadas, propondo trabalhar com a agricultura nos moldes de cooperativas, inserindo outra modalidade de Economia Solidária. Outro aspecto importante da Economia Solidária são as cooperativas e associações que recebem apoio, qualificação e capacitação das universidades, no programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs).

As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas de saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. (SINGER, 2002, p.123).

Neste sentido, devido ao desenvolvimento da Economia Solidária que vinha crescendo no Brasil, em 2003 é criada a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intuito de introduzir a Economia Solidária nas políticas de Estado, cumprindo o objetivo de “difundir e fomentar a economia solidária em todo Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).” (SINGER, 2004, p.4). O Fórum reúne as principais agências de incentivo à Economia Solidária: a rede de gestores municipais e estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

Em 2006, durante a I Conferência Nacional de Economia Solidária, houve deliberações em que foi conjecturada a possibilidade da SENAES ser elevada a Ministério, ou se permaneceria como

Secretaria, ligada diretamente ao Executivo, sendo esta transversal a todos os Ministérios e Secretárias que propusessem ações em Economia Solidária.

No entanto, os programas de desenvolvimentos solidários são estratégias privilegiadas por outros Ministérios, dentre eles o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que propõe trabalhar com as potencialidades das famílias dentro da Política Nacional de Assistência Social.

Neste sentido, após rememorar o desenvolvimento da Economia Solidária, volta-se a falar em qual parceria esta poderia ter com a Psicologia inserida na Assistência Social, cuja proposta neste estudo objetiva compreender a possível contribuição da Psicologia no processo de inclusão social e geração de renda oportunizando a promoção de cidadania dos usuários do CRAS, observando como estes incorporam a política e acessam a ela.

De acordo com a LOAS, referindo-se a PNAS, os projetos de enfrentamento à pobreza integram a proteção social básica e é concernente ao CRAS. E estes projetos

(...) compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (LOAS, 2003, p.28)

Para pensar na contribuição que a Economia Solidária pode oferecer à Psicologia que trabalha sobre o aspecto histórico-social do indivíduo, pode-se pensar em que ponto elas convergem. Estas confluem enquanto prerrogativa dentro das políticas públicas de Assistência Social, podendo colaborar como alternativas para o enfrentamento da exclusão social. A Psicologia não deve eximir-se frente às condições de vida apresentadas por considerável parte da população, que muitas vezes vivem de forma precária, e ainda mais comprometida quanto ao acesso ao trabalho e geração de renda mínima suficiente para sobreviver dignamente. (VERONESE, 2008).

Mas, para essa contribuição da Psicologia, não é suficiente que ela encontre aliados como a Economia Solidária, é preciso também que ela seja emancipatória e tenha o compromisso de “oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social”. (CREPOP,

2007, p.24). Este processo de emancipação social tem relevância porque é a partir dele que é possível minorar as desigualdades sociais que perpassam a vida em sociedade.

Entretanto, a proposta de trabalhar com Economia Solidária não deve se apresentar como algo determinado pelo profissional, como se esse soubesse o que é melhor para o usuário, correndo o risco de inverter a demanda e se apresentar de modo assistencialista. Cabe a este profissional ponderar sobre suas formas de atuação, permitindo e propondo que o indivíduo, em seu contexto, decida a melhor forma de emancipar-se.

Tencionar a Economia Solidária como possibilidade de inclusão social e geração de renda, pode ter outros alcances que não apenas a emancipação social e diminuição de riscos de vulnerabilidade. A Psicologia pode abrir caminhos na promoção e fortalecimento de vínculos sócio-afetivos ao sugerir o empreendimento solidário, desenvolvendo “um senso de comunidade<sup>8</sup> no espaço laboral, ao colocar nos laços de solidariedade e cooperação a base das relações interpessoais nesses contextos”. (VERONESE, 2008, p.76). Neste sentido, a autora fala que a cooperativa, ou seja, o empreendimento solidário é a comunidade na economia, onde se encontra amparo quando se precisa e onde se é reconhecido, ou ao menos se espera ser.

Ainda falando no aspecto solidário, Veronese (2008) nos diz que o ser humano se reconhece ao produzir sentidos que oportunize a experiência de conviver, não sendo possível uma existência plena sem estes e é nesse exercício de convivência que se alcança o que há de mais potente no coletivo.

No entanto, é importante ressaltar as possíveis dificuldades que podem ocorrer no processo de autogestão<sup>9</sup>, frente aos desafios de iniciar e manter um empreendimento onde todos os seus integrantes devem contribuir e responsabilizar-se pelas suas ações. Destarte, a Psicologia pode

---

<sup>8</sup> Neste sentido, de acordo com Bauman “O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” – a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”.” (BAUMAN, 2003, p.15-6)

<sup>9</sup> “A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. A autogestão também significa autonomia.” (VERONESE, 2008, p.91)

contribuir, desde que esteja atenta às necessidades emergentes, ajudando a pensar em como os indivíduos envolvidos podem se preparar nesta busca por emancipação, para isso, surge como uma aliada importante na efetivação deste processo. Bem como salienta Veronese (2008) “como se trata de um conhecimento transdisciplinar, a educação é um campo que caminha ao lado da Psicologia quando se busca equacionar os desafios do trabalho cooperativo.” (VERONESE, 2008, p.141)

Portanto, trata-se de uma formação dos envolvidos no desenvolvimento da Economia Solidária, em que a educação, como nos aponta Brandão (1984), precisa ser vista no seu cotidiano, através da cultura, como o lugar social das ideias. É preciso pensar a educação como direito de fala de todos os participantes, que não devem se apresentar apenas como meros expectadores. Neste sentido, a Educação Popular, em especial, poderá engendrar um novo processo educativo-reflexivo em que os indivíduos se posicionem diante da capacidade de análise sobre a realidade.

No Brasil, o método da Educação Popular começou a se estruturar na década de 1950, quando intelectuais e educadores ligados à Igreja Católica voltaram-se para as questões populares. O movimento operário, desde o início do século XX, já enfatizava a cultura e a consciência no processo de luta. Este movimento era caracterizado pelas correntes anarquistas que os imigrantes europeus trouxeram, e percebiam a exploração do trabalhador também pela via moral e cultural. Entretanto, no governo de Getúlio Vargas, o Estado assume a cobertura dos direitos sociais retirando a iniciativa operária, transformando o movimento da Educação Popular numa prática dispersa.

De acordo com Vasconcelos (1997), a Educação Popular trabalha, pedagogicamente, pessoas envolvidas no processo de participação popular, estimulando formas coletivas de aprendizado, oportunizando um entendimento crítico sobre sua inserção na sociedade e na natureza. A Educação Popular valoriza o saber popular, portanto, permite que haja um diálogo entre saberes, valores e necessidades de agentes envolvidos, entre eles educadores (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) e a população.

No entanto, retomando a Psicologia como mediadora deste processo entre a Economia Solidária e Educação Popular, esta deve manter-se comprometida com as necessidades emergentes na vida dos usuários do CRAS, em especial nesta discussão, rompendo com ações de tutela e oportunizando meios para concretizar a promoção de cidadania.

## **Considerações Finais**

Este trabalho não tem a pretensão de buscar qualquer conclusão em relação à atuação do psicólogo inserido na política de Assistência Social, mas propor formas de contribuição para esta. Não se tenciona apenas responsabilizá-lo diante de sua prática, mas que este, implicado em sua prática, possa dialogar com outros profissionais no intuito de promover ações voltadas para a população, que muitas vezes sofre diante de duras realidades.

É preciso se fazer compromissado com o serviço, sempre atento às necessidades dos sujeitos. As propostas aqui apresentadas não se tratam de apontamentos utópicos, distantes de se tornarem reais. Mas, para que eles se efetivem, faz-se necessário um novo olhar, novas ações, uma nova escuta e novos diálogos com outros agentes que poderão se tornar facilitadores na condução de estratégias de empoderamento e emancipação social.

Um novo olhar, para que seja possível ver além das dificuldades enfrentadas na vida profissional em relação à política, à gestão, aos tantos desafios encontrados para a efetivação do serviço e tantas e diferentes realidades que necessitam de intervenções e novas construções.

Este novo olhar poderá possibilitar a percepção de novos caminhos e parceiros. Poderá ver além das desigualdades sociais. Poderá ver o que há de potencial no serviço, nos usuários e em si mesmo. É preciso olhar o modo como o usuário acessa o serviço, se realmente tem acesso ao serviço, e como isso acontece: se de forma tutelada pelos profissionais (realizando um serviço

contraproducente - incluindo o próprio psicólogo), ou como usuário que acessa o serviço das políticas públicas na condição de sujeito que ao emancipar-se seja promovido autônomo na busca pela cidadania.

Novas ações que mobilizem os agentes envolvidos na política sejam eles usuários, profissionais ou gestores, na busca de superar os desafios encontrados ao acessar a rede de serviços, procurando parcerias e colaborando para que a rede funcione, proporcionando serviços de qualidade e multiplicando outros agentes implicados com o serviço.

Uma nova escuta que possibilite ouvir quem realmente sabe de si, ou seja, o usuário, que tem tanto a dizer e sabe dizer, que não precisa receber prescrições sobre suas ações, mas implicar-se com suas ações. Essa nova escuta possibilitará ainda um lugar de ouvinte que não tem todas as respostas, mas que juntamente com o usuário constrói respostas. Respostas que poderão dizer de um outro lugar assumido por usuário e profissional. A nova escuta poderá proporcionar também desconstruir conceitos cristalizados em relação à vulnerabilidade. Vulnerabilidade esta que não se encontra apenas às voltas do usuário, mas também do profissional, que, muitas vezes, ao se angustiar com suas dificuldades, torna-se vulnerável, sendo preciso, através de diálogos, ressignificar outras ações, através da potência de vida que existe entre um e outro.

Enfim, novos diálogos, ora de quem fala, ora de quem ouve, dando também voz aos usuários que utilizam o serviço público, na intenção de realizar trocas, buscando parcerias com outros profissionais e disciplinas, proporcionando qualificação em suas ações e resultados.

Atinente ao fato de trazer a discussão ao longo de todo este texto, possíveis parceiros para a Psicologia dentro da Assistência Social, mais precisamente dentro do CRAS, em que foram chamadas para conversa a Economia Solidária e a Educação Popular, como interlocutores. Frente às desigualdades sociais que perpassam a vida de muitos sujeitos usuários da política pública, cabe pensar algo em comum entre a Assistência Social, a Psicologia Social, a Economia Solidária e a Educação Popular, em que todas elas, em seu processo de formação, enfrentaram crises que puseram em dúvida seu prosseguimento e, mesmo em meio a crises, superaram as dificuldades

encontradas pelos seus agentes, diante muitas vezes de oposições do Estado e de interesses específicos, voltando, com toda a potência existente em ambas, a fazer parte do cenário público.

Neste sentido, é realmente relevante pensar: por que não seria possível que todos esses atores que acabaram de ser mencionados no contexto público pudessem atuar na conquista da promoção de vida, controle social, emancipação social, superação de vulnerabilidade social? Vemos que mesmo que haja momentos difíceis a serem enfrentados é preciso sempre pensar em um recomeço. Recomeço com novas oportunidades, rumo ao empoderamento social e às descobertas de outras potencialidades.

Mas por que falar deste assunto num término de curso ainda dentro da Universidade? Justamente por que ao longo de toda a história descrita no texto, foi vista a participação de estudantes, através de movimentos, na busca por seus direitos, impulsionando outros atores sociais, realmente movimentando o cenário social, provocando conquistas que felizmente ainda hoje podem ser desfrutadas. É preciso pensar em parcerias, solidarizar-se por alguma causa e é pensando nisso que se faz importante trazer este assunto para a Universidade, que pode ser forte aliada na realização de muitos resultados.

Bem, mas quais seriam os efeitos de tais propostas? Isso só será descoberto se houver tentativas.

## Referências

- Afonso, L. (2008). O que faz a Psicologia no Sistema Único da Assistência Social? *Jornal do Psicólogo. CRP-MG*, 25 (91).
- Bauman, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Bock, A. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A; GONÇALVES, M.; FURTADO, O (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. SP: Cortez, 2001, p. 15-35.
- Brandão, C. (1984) *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense.
- Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Dicionário de termos técnicos da assistência social. BH: ASCOM, 2007, 132p.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*. Brasília: MDS/SNAS, 2006b.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS*. Brasília, DF, 2009.
- Cruz, L.; Guareschi, N. A construção da assistência social como política pública: interrogação à psicologia. In: Cruz, L.; Guareschi, N. *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. RJ: VOZES, 2009, p. 13-40.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)*. Referências técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS. Brasília, junho de 2008.
- Guareschi, P. (1992). A categoria excluído, in *Psicologia, Ciência e Profissão*, 12, (3 e 4), p.4-11.
- Lane, S. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: Lane, S.; Codo, W (orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 10-19.
- LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social: legislação complementar / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Revisão do texto, Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS e Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS ...et al. – 5ª ed. Brasília: MDS, 2004, p.28.*
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.
- Rios, G. *O que é cooperativismo*. 2º Ed. SP: Brasiliense, 1987.
- Singer, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Singer, P. A. *Economia Solidária no Governo Federal*. IPEA, agosto de 2004. Disponível em: [www.mte.gov.br/senaes](http://www.mte.gov.br/senaes)

Torossian, S.; Rivero, N. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: Cruz, L.; Guareschi, N. *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. RJ: VOZES, 2009, p. 56-69.

Veronese, M. *Psicologia Social e Economia Solidária*. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

Vasconcelos, E. M. Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. *Interface (Botucatu)*, Fev 2001, vol.5, no.8, p.121-126. ISSN 1414-3283 disponível em: <http://www.scielo.org/cgi-bin/wxis.exe/applications/scielo-org/iah/>